



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

MINUTA DE CONTRATO XXX/2026

	Contrato QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO ESTADIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO E A EMPRESA XXX.
--	---

O **INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC**, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Cultura, criado através da Lei Estadual nº. 1.695/2005, alterada pela Lei Complementar nº359/2019, com sede na Rua Riachuelo, nº 138 – Bairro José Augusto, CEP: 69900-809, na Cidade de Rio Branco – AC, inscrito no CNPJ (MF) 07.827.773/0001-95, neste ato representado pelo seu **PRESIDENTE** o Senhor **Alírio Wanderley Neto**, brasileiro, RG nº 0286789, CPF nº 512.588.972-53, nomeado de acordo com o Decreto nº 052-P/2023 tem competência para assinar contratos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **XXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXX e Inscrição Estadual Nº XXX, com sede na XXX, XXX, XXX, XXX/XXX, CEP: XXX, Telefone: (XXX) XXX, E-mail: XXX, neste ato representado pelo XXX, inscrito sob o CPF nº XXX e RG nº XXX XXX/XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Adquirir recursos pedagógicos acessíveis e materiais específicos para o Atendimento Educacional Especializado, destinados ao apoio pedagógico e à promoção da educação inclusiva na rede IEPTEC.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	---------	------------	----------------------	-------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

1	278 - CONJUNTO ALFABETO Material: Madeira Mdf Tamanho Letra: 4 X 4 Cm Cor: Colorido Características Adicionais: Com Letras Do Alfabeto E Sinais Em Libras Observação: Alfabeto Vazado em Braille , peças em MDF; 26 peças: vogais e as consoantes, incluindo as letras K, W e Y, que foram oficialmente integradas ao alfabeto após o último Acordo Ortográfico; Medindo no mínimo 90x40x3 mm; Embalagem: Estojo de MDF - 226x124x40 mm. Pontos Em Alto Relevo, estojo em MDF	Unidade	20		
---	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

2	8949 - LUPA Formato: Redonda Tipo: Portátil Faixa Ampliação: Mínimo 2 Vezes Material Cabo: Plástico Características Adicionais: Bordas Altas P/Proteção Lente E Estojo Diâmetro: 75 Observação: Lupa com cabo west (cabo ergonômico, leve e fácil de transportar); 75mm Diâmetro. Dimensões da peça: 7,5 x 1,5 x 15,5cm (CxLxA) - Tipo de Embalagem: Caixa litografada - Dimensões da Embalagem: 18 x 2 x 2cm (CxLxA) - Material: Vidro e Plástico (ABS) - Cor: Preto - Lente Ø75mm; - Aumento: 2X.	Unidade	30		
---	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

3	8949 - LUPA Tensão: Bivolt Observação: LUPA ELETRÔNICA Lupa Eletrônica Tipo: Portátil Tipo Acoplamento: Suporte Com Perna Fonte Alimentação: Carregador Faixa Ampliação: 2 a 14 vezes. Vídeo Lupa Digital Portátil Tela 5,0" Colorida. Tela LCD colorida de alta definição de 5.0", ampliação continuamente ajustável de 3x a 48x. Possui 26 modos de cores para uma leitura ainda mais confortável e agradável. Bateria de lítio 2500mAH recarregável. Possui uma função de prompt de voz, lanterna e suporte para escrita. Alça removível. Detalhes	Unidade	8		
---	--	---------	---	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

4	<p>8543 - JOGO DE DAMAS</p> <p>Nome: Areia - Uso Laboratório</p> <p>Observação: Jogos de Damas em madeira.</p> <p>Cor: multicolor.</p> <p>Dimensões do produto 24 x 4 x 24 cm; 240 g.</p> <p>Idade recomendada 7 - 10 anos.</p> <p>Jogo de Damas Adaptado Tátil Inclusão Aee Mdf 30×30 Cm - Design tátil em MDF, ideal para promover a inclusão e o aprendizado de forma divertida e interativa.</p> <p>Nome do jogo de tabuleiro: Dama Adaptada.</p> <p>Idioma Português.</p> <p>Tipo de jogo: Estratégia e raciocínio.</p> <p>Componentes do jogo: Peças em MDF.</p>	Unidade	30		
---	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

5	8556 - JOGO XADREZ Formato: Quadrado Aplicação: Lazer e Entretenimento Características Adicionais: Tabuleiro Tipo Caixa Acondicionamento Peças Material: Madeira Observação: Jogo de Xadrez com Caixa em Madeira Reflorestada; 32 peças plásticas; Indicado para maiores de 7 anos. Acompanha manual de regras e tabuleiro em madeira dobrável. Medidas aproximadas: 26 x 26 x 4 cm (Comprimento x Altura x Largura). Garantia contra defeito de fabricação.	Jogo	30		
---	---	------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

6	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Material: Mdf Tipo: Quebra Cabeça Quantidade: 300 Peças Características Adicionais: Conforme Modelo Apresentado Tamanho: 77 X 50 Observação: Jogo de Quebra Cabeça; adulto; Material: Mdf. Quantidade de peças: 300 peças grandes e resistentes, com verso numerado. Encaixe suave. Idade recomendada a partir de 10 anos. C omprimento x Largura 26 cm x 20 cm. Altura 5 cm.	Unidade	30		
---	---	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

7	<p>16 - LÁPIS DE COR</p> <p>Material: Madeira;</p> <p>Cor: Diversas;</p> <p>Diâmetro Carga: 2;</p> <p>Formato: Cilíndrico;</p> <p>Comprimento Total: 170;</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Tamanho grande com 12 Cores;</p> <p>Observação: Lápis de cor apagável;</p> <p>Caixa com 12 cores;</p> <p>Corpo em resina e pigmentos, virola de alumínio e borracha em resina plástica. lápis de cor apagável, permitindo correções e alterações nos desenhos.</p> <p>Lápis sextavado com corpo em resina e pigmentos, virola de alumínio e borracha em resina plástica.</p> <p>Descrição da ponta da ferramenta</p>	Caixa	50		
---	--	-------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

8	18768 - LÁPIS Tipo: Atóxico Cor: Preta Aplicação: Desenho artístico Material: Carvão Macio Observação: Kit 5 Lápis Técnicos BRW Grafite Desenho HB 2B 4B 6B 8B - Unidades por kit: 5. Lápis de Madeira. Grafite de alta qualidade com diferentes graduações. Formato sextavado. Lápis com traços firmes e consistentes para desenhos detalhados. Conjunto com 5 lápis para variedade de tons e profundidades. Tipo de lápis: Grafite. Graduação HB/2B/4B/6B/8 B.	Kit	50		
---	---	-----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

9	196 - CADERNO Material: Papel Off-Set Quantidade Folhas: 80 Gramatura Folhas: 56 Material Capa: Papelo Revestida Com Papel-Couché Comprimento: 275 Largura: 200 Características Adicionais: Capa dura Observação: Caderno espiral capa dura universitário 1 matéria. Número de folhas: 80 folhas. Gramatura: 56 g/m². Formato: 200mm x 275mm. Modelo: Universitário. Número de matérias: 1 matéria. Miolo: Folhas brancas e pautadas. Espiral: Colorido. Capa: Dura. Produto certificado: FSC.	Unidade	30		
---	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

10	8533 - JOGO/BRINQUE DO PEDAGÓGICO Material: Madeira Tipo: Blocos de Montar Quantidade: 120 Peças Características Adicionais: Certificado Inmetro a partir de 3 anos, brincando Tamanho: Variados Cor: Multicolor Observação: Brincando de engenheiro; Composto de 150 peças confeccionadas em madeira reflorestada e tinta atóxica. Peças com diversos formatos. Idade 3 - 4 anos, 5 - 7 anos, 8 - 11 anos. Garantia do produto: 90 dias do fabricante (incluindo garantia legal). Certificado Homologado pelo Inmetro.	Unidade	32		
----	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

11	8533 - JOGO/BRINQUE DO PEDAGÓGICO Material: Madeira Mdf Características adicionais: caixa de madeira Quantidade: 40 Peças Tipo: Jogo da memória Tamanho: 5 X 5 Outros Componentes: Peças serigrafadas com imagens e seus pares em pal Observação: Jogo de memória terapêutico, para adultos; faixa etária 16 a 99+; Composto por: 8 cartões com cenas; 8 cartões com 5 perguntas cada; Dimensões mínimas das cartas: 12,0 x 11,0 x 2,0 cm; temas diversos.	Unidade	30		
----	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

12	19783 - LIVRO DIDÁTICO Formato: Impresso Grau: Educação Infantil Conteúdo: Língua Portuguesa Definição: Livro Infantil, Musical Idioma Português Observação: Livro interativo Texturas diversas; Elementos táteis em feltro; Capa dura, resistente e laminação brilho para durabilidade; Idioma: Português. Sentidos e sensações em Infante e Juvenil. Dimensões mínimas: 17.5 x 1.5 x 23.5 cm. Conteúdo da Embalagem: 1 Livro	Unidade	30		
----	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

13	<p>19783 - LIVRO DIDÁTICO</p> <p>Formato: Impresso</p> <p>Grau: Educação Infantil</p> <p>Conteúdo: Língua Portuguesa</p> <p>Definição: Livro Infantil, Musical</p> <p>Idioma Português</p> <p>Observação: Alfabeto Móvel. (Escolinha Todo livro).</p> <p>Possui 80 peças, com alto-relevo e tracejado (frente/verso).</p> <p>Identificação das vogais e consoantes pela cor.</p> <p>Capa comum.</p> <p>Edição português.</p> <p>Peso do produto: 280 g</p> <p>Idade de leitura: 5 - 8 anos</p> <p>Dimensões: 27 x 19.8 x 2.8 cm</p>	Unidade	30		
----	---	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

14	8533 - JOGO/BRINQUE DO PEDAGÓGICO Observação: Jogo Cartas Educativas "como me sinto", 24 cartas ilustradas e fichas com expressões de emoções, em papel couché. Dimensões: 15 × 10 × 3 cm. Cor: colorido. Idade 3 - 5 anos , 6 -8 anos , 9 – 11 anos , 12+	Unidade	10		
15	8533 - JOGO/BRINQUE DO PEDAGÓGICO Observação: Jogo cubo das emoções; Idade recomendada: a partir de 6 anos. Peso e medidas aproximadas da embalagem: 16 x 11 x 4 cm, 165 g. Certificação de segurança Inmetro.	Unidade	10		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

16	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Jogo Soletrando. Jogo Pedagógico Estimula Raciocínio Rápido Soletrando. Observação: Jogo Soletrando; Adulto Caixa com 528 fichas com palavras; 10 fichas numeradas de 0 a 10; 01 tabuleiro; 01 ampulheta; Alfabeto móvel com 25 vogais (5 de cada) 105 Consoantes (5 de cada), 12 Sinais Gráficos INDI CAÇÃO/UTILIZA ÇÃO: Idade Recomendada: 8+ Anos. Medidas da caixa: 42cm x 28cm x 08 cm. Imagens meramente ilustrativas. Garantia do vendedor.	Unidade	10		
----	--	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

17	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO . JOGOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS CORRELATOS COM RODAS Brinquedo educativo numerais 0 a 9 em Braille MDF, baixa visão madeira. Numerais 0 A 9 em Braille MDF. Composto por 10 peças em MDF. Tamanho 4 x 8 x 0,6 cm Numerais do 0 ao 9 nos Sistemas de Escrita Braille alto relevo e decimal. Embalagem caixa de madeira tamanho 18 x 18 x 6,5 cm. Certificado pelo INMETRO. Observação: Numerais 0 a 9; educativos em Braile; material MDF; Tamanho mínimo 8cm x	Unidade	10		
----	---	---------	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

VALOR TOTAL	
--------------------	--

2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ XXX (XXX).

2.2. Os itens devem ser novos, acondicionados em embalagens próprias, sem quaisquer avarias e originais de fábrica com garantia mínima de 12 (doze) meses, quando não expressamente descrito no item, bem como assistência técnica autorizada no território nacional.

2.3. A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e termo de garantia.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.2. O Termo de Referência;

3.3. O Edital da Licitação;

3.4. A Proposta do contratado;

3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4. CLÁUSULA QUARTA – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O presente Contrato se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na lei nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto do Governo do Estado do Acre nº 11.363 de 22.11.2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. DA VIGÊNCIA

5.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período.

5.1.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes.

5.1.3. A vigência poderá ser prorrogada apenas nos casos previstos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. DA EFICÁCIA

5.3. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

5.4. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94 da lei 14.133/21).

6. CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

6.1. LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS:

6.2. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pelo IEPTEC, nos horários de expediente:

Almoxarifado: Rua Estácio de Sá, 45 - Bairro José Augusto- Rio Branco - Acre – CEP: 69.900-794 - No horário das 07 às 13 horas.

Ou na Sede Administrativa: Rua Riachuelo nº 138 – Bairro José Augusto -Rio Branco – Acre- CEP: 69.900-809 - No horário das 13 às 17 horas.

6.3. PRAZO PARA ENTREGA:

6.3.1. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aceita pela Administração.

6.3.2. A ordem de serviços deve ter a ciência e o recebido da contratada, num prazo de 24 horas, caso não seja realizada a devolutiva assinada, será considerada a data do envio, da ordem de serviços, por meio eletrônico.

6.4. CONDIÇÕES PARA A ENTREGA:

6.4.1. A Empresa contratada deverá entregar os itens em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias e datas de validade nos padrões exigidos, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

6.4.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

6.4.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao gestor do contrato.

6.4.4. Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo acarretar na aplicação das sanções previstas no TR, no Edital e seus anexos, sem prejuízos das cominações legais previstas.

6.4.5. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

6.4.6. A entrega será efetuada no local designado na ordem de entrega.

6.5. DO RECEBIMENTO:

6.5.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

6.5.1.1. Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

6.5.1.2. Definitivamente: Os insumos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

6.5.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5.3. O recebimento provisório ocorrerá no prazo de até 5 dias úteis e o definitivo no prazo de até 10 dias úteis, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.4. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

6.5.5. No ato do recebimento, caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

6.5.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só são manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

6.5.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento será suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

6.5.8. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. PREPOSTO

7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.8. FISCAL DO CONTRATO

7.9. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- II - Avaliar a quantidade e a qualidade dos itens entregues;
- III - Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega dos itens de consumo, após conferência prévia do objeto contratado;
- IV - No caso de compras, acompanhar a entrega dos itens, verificando sua quantidade e qualidade;
- V - Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- VI - Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
- VII - Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- VIII - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- IX - Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da entrega do material, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- X - Acompanhar rotineiramente a execução da ordem de entrega, conferindo se os materiais e insumos requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- XI - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- XII - Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- XIII - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- XIV - Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- XV - Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- XVI - Realizar, juntamente com a contratada, as entregas dos materiais e insumos nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- XVII - Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- XVIII - Emitir atestado ou certidão de realização das entregas dos materiais e insumos, total ou parcial;
- XIX - Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- XX - Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

7.10.

GESTOR DO CONTRATO

7.11.

São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- II - Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- III - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- IV - Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- V - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- VI - Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal, informando-as ao setor financeiro;
- VII - Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de fornecimento;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- VIII - Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- IX - Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informatizados;
- X - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- XI - Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- XII - Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- XIII - Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- XIV - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- XV - Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para Gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- XVI - Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- XVII - Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- XVIII - Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- XIX - Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para o recebimento do objeto e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- XX - Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas.

8. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial dos itens a serem adquiridos.

9. CLÁUSULA NONA – PREÇO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

9.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ XXX (XXX)**, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento dos itens adquiridos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso

10.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
CNPJ nº 07.827.773/0002-95

10.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

10.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I/365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- 10.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no endereço Rua Riachuelo, nº 138, Bairro José Augusto - CEP: 69.910-100, Rio Branco - Acre, sede do IEPTEC.
- 10.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 10.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 10.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 10.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE

- 11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 11.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

12.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, o Contratante deverá:

- I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- II - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- III - Comunicar à empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- IV - Efetuar o pagamento à empresa contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- V - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela empresa contratada.
- VI - Observar as obrigações resultantes da Lei nº 14.133.
- VII - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência
- VIII - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- IX - Verificar a regularidade da empresa contratada, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda SEFAZ/AC, antes de cada pagamento.
- X - Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- XI - Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- XII - Solicitar à CONTRATADA e seus propositos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.
- XIII - Atestar na nota fiscal a efetiva entrega do objeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- I - Comunicar à administração contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- III - Emitir nota fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando à Contratante para ateste e pagamento.
- IV - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- V - Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/AC.
- VI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- VII - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- VIII - Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- IX - As entregas serão efetuadas no local designado na ordem de entrega.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. Não será exigida a garantia contratual prevista nos art. 58 (a administração poderá exigir da empresa licitante a comprovação de garantia de proposta, como requisito de pré - habilitação) e art. 96 - "a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".
- 14.2. Justificamos nossa opção por propor a não exigência de garantia por entendermos que a contratação é de baixa complexidade.
- 14.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em consonância com a legislação vigente, especialmente o Código de Defesa do Consumidor.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- 15.2. Para o item 3 – Lupa eletrônica, a garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 15.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional para a Administração, incluindo a substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, quando necessário.
- 15.4. A assistência técnica deverá ser prestada por rede autorizada ou pelo próprio fornecedor, devendo ocorrer em prazo razoável, a ser definido no instrumento contratual, garantindo a continuidade do uso do equipamento, especialmente em razão de sua finalidade pedagógica e de apoio ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 15.5. Caso o equipamento apresente defeitos recorrentes ou vícios que comprometam seu funcionamento adequado, a contratada deverá realizar a substituição do produto por outro novo, com as mesmas especificações ou superiores, no prazo a ser estipulado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES

- 16.1. Possível atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica - IEPTEC, até o 3º dia útil anterior à data prevista para a entrega dos materiais.
- 16.2. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa aplicada no Art. 19, do Decreto nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010;
- 16.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/21 e no Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023;
- 16.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.5. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa, na forma prevista na legislação vigente, calculada na forma do edital ou do contrato, de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

16.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

16.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2.

O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

17.3.

As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

17.4.

não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

17.5.

assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.](#)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

17.6. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.7. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- IV - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- V - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- VI - devolução da garantia;
- VII - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- VIII - pagamento do custo da desmobilização.
- IX - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:
- X - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- XI - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- XII - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas;

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

18.1. DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial dos itens a serem adquiridos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO

19.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Decreto nº 11.363 de 22.11.2023.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. A contratação do objeto da licitação, está prevista no Plano de Contratação Anual PCA 2025/2026.

20.2. Considerando que o presente processo licitatório será realizado sob o Sistema de Registro de preços (SRP), não há a necessidade de indicação nesta Minuta de Contrato da dotação orçamentária específica.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – OBSERVÂNCIAS ÀS NORMAS DE INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

21.1. A empresa contratada deverá cumprir, durante toda a execução do contrato, a legislação pertinente à integridade nas relações com a Administração Pública, especialmente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como observar os princípios da moralidade, legalidade e interesse público.

21.2. O contrato a ser celebrado conterá cláusula específica sobre a obrigação de cumprimento das normas de integridade e combate à corrupção

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 bem como o Decreto Estadual nº 11.363/23, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

23.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

23.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000019/2026

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

25.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Branco – Acre, XXX de XXX de 2026.

XXXXXX
Contratada

XXXXXX
Contratante



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES FERREIRA PEREIRA JUNIOR**, em 07/04/2026, às 13:41, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP39920F 719E1FD0 A1CB788D BEAAF33F** e código CRC **CE3B46**